



Data de Emissão:	Elaboração:	Aprovação:
01/12/2021	Hilton Garcez – DPO Andréia Vargas – Consultora LGPD	Goreti Buttenbender Gerente Administrativa

ÍNDICE

1. CONTEXTUALIZAÇÃO	3
2. DEFINIÇÕES.....	3
3. ESCOPO	4
4. DESTINATÁRIOS.....	4
5. APLICABILIDADE.....	5
6. OBJETIVOS - POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS.....	5
7. PRINCÍPIOS DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.....	6
8. BASES LEGAIS PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS	6
9. BASES LEGAIS PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS	7
10. DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS PESSOAIS.....	8
10.1 QUAIS DADOS PESSOAIS A FUNDIÇÃO ALCA COLETA E DE QUE FORMA UTILIZA.	9
10.2 COM QUEM COMPARTILHAMOS OS SEUS DADOS	11
10.3 ONDE ARMAZENAMOS OS SEUS DADOS.....	11
10.4 POR QUANTO TEMPO SEUS DADOS FICAM COM A FUNDIÇÃO ALCA.....	12
10.5 COLETA DE DADOS PESSOAIS DE TITULARES MENORES DE IDADE	12
10.6 CANAL DE CONTATO PARA MANIFESTAÇÕES DE COMPLIANCE.....	13
11. DEVERES PARA USO O ADEQUADO DE DADOS PESSOAIS	13
12. RELAÇÃO COM OS TERCEIROS	14
13. PROGRAMA DE CONFORMIDADE ÀS LEIS DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS .	14
14. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	15
15. TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS PESSOAIS	15
16. TREINAMENTO.....	16
17. MONITORAMENTO.....	16
18. REFERÊNCIAS	16
19. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR.....	17
20. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	17
21. HISTÓRICO DAS REVISÕES	17

	MANUAL DE BOAS PRÁTICAS LGPD E POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	Nº /Rev.	M 02 00
		Tipo	Manual e Política

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

A presente **Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais** e **Manual de Boas Práticas LGPD** tem como objetivo fornecer orientações sobre como gerenciar as diversas atividades e operações de **tratamento de dados pessoais** existentes na Fundação Alca. Este documento faz parte do compliance da Fundação Alca à **Lei Geral de Proteção de Dados** (Lei nº 13.709/2018 – “LGPD”) e outras leis setoriais sobre o tema.

A Fundação Alca, consciente da importância e da necessidade de adequar as suas operações de tratamento de dados pessoais a uma nova e ampla regulação sobre o tema, no caso, a **LGPD**, aprovada em agosto de 2018, deu início, em Setembro de 2021, ao seu processo de conformidade à nova Lei.

Nota-se que a **LGPD** é uma lei transversal, que perpassa diferentes agentes econômicos no Brasil, do setor privado, público e do terceiro setor; e oferece as regras e condições para que os **dados pessoais** possam ser utilizados nas atividades desses agentes.

Na condução das atividades previstas em seus processos, a Fundação Alca realiza diversas operações de tratamento de dados pessoais buscando o melhor interesse dos **titulares dos dados pessoais**, e respeitando os seus direitos, podendo ser caracterizada como **Controladora de Dados Pessoais**, de acordo com as definições da LGPD, reforçando o seu compromisso com o cumprimento das regras de privacidade e proteção de dados pessoais aplicáveis.

Essas atividades abrangem uma série de particularidades nos tratamentos de dados pessoais realizados em sua estrutura. Por exemplo, ela precisa atender às obrigações legais específicas no que se refere às leis trabalhistas, Marco Civil, Código de Defesa do Consumidor e outros órgãos reguladores, as quais muitas vezes possuem sinergia com o campo da proteção de dados.

O processo de compliance regulatório envolve um trabalho de interpretação da Lei para definição das obrigações legais, diagnóstico dos fatos pertinentes e relevantes para a sua aplicação e levantamento de fluxos e processos que contribuem ou não para que os fatos estejam de acordo com o documento legal.

Este documento se insere em um conjunto amplo de elementos que integram o Sistema de **Boas Práticas de Proteção De Dados Pessoais** cuja Diretoria, Gestão Administrativa e Encarregado de Dados Pessoais são responsáveis.

2. DEFINIÇÕES

AGENTES DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS: O controlador e o operador de **dados pessoais**.

ANONIMIZAÇÃO: Utilização de meios técnicos, razoáveis e disponíveis no momento do **tratamento de dados pessoais**, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo. O dado anonimizado não é considerado dado pessoal para os fins da **LGPD**.

AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (“ANPD”): Órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da **LGPD** em todo território nacional. A **ANPD** foi instituída pela **LGPD** como órgão da administração pública federal com autonomia técnica, integrante da Presidência da República, definido a sua natureza como transitória e passível de transformação pelo Poder Executivo em entidade da administração pública federal indireta, submetida a regime autárquico especial e vinculada à Presidência da República.

CONTROLADOR DE DADOS PESSOAIS: Pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao **tratamento de dados pessoais**.

DADOS PESSOAIS: Informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável. Também são considerados **dados pessoais** aqueles utilizados para formação do perfil comportamental de determinada pessoa natural.

DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS: Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico quando vinculado a pessoa natural.

ENCARREGADO DE DADOS PESSOAIS OU DATA PROTECTION OFFICER (“DPO”): Pessoa física ou jurídica indicada pelo Agente de Tratamento para atuar como canal de comunicação entre o Controlador, os titulares de dados e a **Autoridade Nacional de Proteção de Dados**. Será responsável pela implementação do programa de conformidade às leis de proteção de dados pessoais e condução das atividades relacionadas à proteção de dados pessoais nos processos da Fundação Alca.

FORNECEDORES: No contexto da Fundação Alca são considerados fornecedores os outros **terceiros** contratados e subcontratados, pessoa física ou jurídica, não enquadrados como parceiros comerciais.

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (“LGPD”): Diploma normativo (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018) que dispõe sobre o **tratamento de dados pessoais** em meios digitais ou físicos realizados por pessoa natural ou por pessoa jurídica, de direito público ou privado, tendo como objetivo defender os titulares de dados pessoais e ao mesmo tempo permitir o uso dos dados para finalidades diversas, equilibrando interesses e harmonizando a proteção da pessoa humana com o desenvolvimento tecnológico e econômico.

OPERADOR DE DADOS PESSOAIS: Pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o **tratamento de dados pessoais** em nome do **Controlador**.

TERCEIRO: É toda pessoa física ou jurídica contratada pela FUNDIÇÃO ALCA para desenvolver ou auxiliar no desenvolvimento de suas atividades, tanto na qualidade de **fornecedores** de bens ou serviços, como de **parceiros comerciais**.

PARCEIROS COMERCIAIS: No contexto da Fundação Alca, são considerados parceiros comerciais os **terceiros** contratados, sejam eles pessoa física ou jurídica, que atuam em seu nome. Por exemplo, Representantes Comerciais (aqueles que indicam atividades em que a Fundação Alca pode atuar como contratada).

TITULAR DE DADOS PESSOAIS (“TITULAR”): Pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (“TRATAMENTO”): Toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

3. ESCOPO

A presente Política estabelece as diretrizes da Fundação Alca para resguardo e uso de dados pessoais que venham a ser tratados em suas atividades, tendo como referência a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, entre outras normas nacionais e internacionais relativas à privacidade e proteção de dados pessoais.

4. DESTINATÁRIOS

As diretrizes definidas nessa política, assim como nos documentos anexos a esse manual de boas práticas, aplicam-se (i) aos empregados da Alca; (ii) a todos os **terceiros**, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas que atuam para ou em nome da Alca em operações que envolvam **tratamento de dados pessoais** que sejam

realizadas no escopo das atividades conduzidas pela Alca; (iii) aos **agentes de tratamento de dados pessoais** externos à Alca que de qualquer forma se relacionem com a empresa; e (iv) aos **titulares de dados pessoais**, cujos dados são tratados pela Fundação Alca.

A adesão ao programa de conformidade da Fundação Alca às leis de proteção de dados pessoais e aos diplomas normativos dele decorrentes, Programa de Conformidade da LGPD, incluindo a **Política de Privacidade** Alca e **Política de Segurança da Informação** Alca, é obrigatória a todos os destinatários acima indicados na medida em que se relacionam à Fundação Alca. Todas as operações que envolvam **tratamento de dados pessoais** que sejam realizadas no escopo das atividades conduzidas pela Fundação Alca estão sujeitas a tais normativas.

5. APLICABILIDADE

Este Manual de Boas Práticas de Proteção de Dados Pessoais, bem como suas *Políticas* estabelecem diretrizes e regras para garantir que seus destinatários entendam e cumpram as legislações que versam sobre proteção de dados pessoais em todas as interações com atuais e futuros **titulares de dados pessoais**, **terceiros** e **agentes de tratamento de dados pessoais** externos à Fundação Alca no âmbito de suas atividades.

Para além dos conceitos definidos pelas normas que versam sobre privacidade e proteção de dados pessoais, as informações abarcadas pelo presente Manual e *Políticas* incluem todos os dados detidos, usados ou transmitidos pela ou em nome da Fundação Alca, em qualquer tipo de mídia. Isso inclui dados pessoais registrados em papel, mantidos em sistemas de computador ou dispositivos portáteis, assim como dados pessoais transmitidos oralmente.

6. OBJETIVOS - POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

São objetivos da **Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais** Fundação Alca:

- Estabelecer as diretrizes e responsabilidades da Fundação Alca que assegurem e reforcem o compromisso da empresa com o cumprimento das legislações de proteção de dados pessoais aplicáveis;
- Descrever as regras a serem seguidas na condução das atividades e operações de tratamento de dados pessoais realizadas pela Fundação Alca e pelos destinatários declarados nesse manual, no âmbito das atividades da Fundação Alca, que garantem a sua conformidade com as legislações de proteção de dados pessoais aplicáveis e, em especial, com a LGPD.

A Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais deve ser lida em conjunto com as obrigações previstas nos documentos abaixo relacionados, que versam sobre informações em geral, e a complementam quando aplicável:

- i. Contratos de trabalho dos empregados da Fundação Alca e outros documentos comparáveis, que dispõem sobre obrigações de confidencialidade em relação às informações mantidas pela empresa;
- ii. Políticas e normas de procedimentos de segurança da informação, bem como termos e condições de uso, que tratam sobre confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações da Fundação Alca;
- iii. Todas as normas internas a respeito da proteção de dados pessoais que vierem a ser elaboradas e atualizadas, periodicamente.

7. PRINCÍPIOS DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

A Fundação Alca cumprirá com os seguintes princípios de proteção de dados pessoais quando do **tratamento de dados pessoais**:

- **FINALIDADE:** a Fundação Alca realizará o **tratamento de dados pessoais** apenas para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao **titular de dados pessoais**, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;
- **ADEQUAÇÃO:** a Fundação Alca realizará o **tratamento de dados pessoais** de forma compatível com as finalidades informadas ao titular de dados, e de acordo com o contexto do tratamento;
- **NECESSIDADE:** o **tratamento de dados pessoais** realizado pela Fundação Alca será limitado ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento;
- **LIVRE ACESSO:** a Fundação Alca garantirá aos **titulares de dados pessoais** a consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados;
- **QUALIDADE DOS DADOS:** a FUNDAÇÃO ALCA garantirá, aos **titulares de dados pessoais**, a exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;
- **TRANSPARÊNCIA:** a Fundação Alca garantirá, aos titulares de dados pessoais, informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos **agentes de tratamento de dados pessoais**, observados os segredos comerciais e industriais;
- **SEGURANÇA:** a Fundação Alca utilizará medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;
- **PREVENÇÃO:** a Fundação Alca adotará medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do **tratamento de dados pessoais**;
- **NÃO DISCRIMINAÇÃO:** a Fundação Alca garantirá a impossibilidade de realização do tratamento de dados pessoais para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;
- **RESPONSABILIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS:** a Fundação Alca se compromete a demonstrar a adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais, e a eficácia dessas medidas.

8. BASES LEGAIS PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Todas as operações de tratamento de dados pessoais no âmbito das atividades conduzidas pela Fundação Alca terão uma base legal que legitime a sua realização, com estipulação da finalidade e designação dos responsáveis pelo tratamento.

A Fundação Alca assume como compromisso institucional a avaliação periódica das finalidades de suas operações de tratamento, considerando o contexto em que estas operações se inserem, os riscos e benefícios que podem ser gerados ao titular de dados pessoais, e o legítimo interesse da Instituição.

A realização de operações de tratamento de dados pessoais pela Fundação Alca poderá ser realizada:

- Mediante o fornecimento de consentimento pelo titular de dados pessoais;
- Para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória;
- Para a realização de estudos por órgão de pesquisa;

- (iv) Quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular de dados pessoais;
- (v) Para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral;
- (vi) Para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular de dados pessoais ou de terceiro;
- (vii) Para a tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária;
- (viii) Quando necessário para atender aos interesses legítimos da Fundação Alca ou de terceiros;
- (ix) Para a proteção do crédito.

A Fundação Alca realizará registros de suas operações de tratamento a partir de categorias de tratamento, cada uma delas descritas a partir de sua(s) finalidade(s), servindo de auxílio e suporte para a sua avaliação periódica sobre conformidade com o quadro regulatório da proteção de dados pessoais.

Os registros das operações de tratamento de dados pessoais poderão ser consultados pelo titular dos dados pessoais, bem como por autoridades públicas competentes para o acesso e retenção dos dados em seu nome, resguardados os direitos do titular de dados pessoais.

9. BASES LEGAIS PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS

A Fundação Alca reconhece que o **tratamento de dados pessoais sensíveis** representa riscos mais altos ao **titular de dados pessoais** e por esta razão a empresa assume o compromisso de resguardo e cuidados especiais frente ao tratamento de dados pessoais sensíveis.

Este compromisso incorpora **os dados pessoais sensíveis** enumerados no art. 5º, inciso II da **LGPD**, bem como os dados financeiros que, para os fins desta Política, terão o mesmo status que os dados pessoais sensíveis.

Os dados pessoais de crianças e adolescentes serão tratados com o mesmo nível de cuidado exigido e oferecido aos **dados pessoais sensíveis**, mas também estarão sujeitos às disposições próprias estabelecidas no Capítulo II, Seção III, da LGPD, e outras normas específicas aplicáveis.

A realização de operações de **tratamento de dados pessoais sensíveis** pela Fundação Alca somente poderá ser realizada:

- i. Quando o **titular de dados pessoais** ou seu responsável legal consentir, de forma específica e destacada, para finalidades específicas;
- ii. Sem fornecimento de consentimento do **titular de dados pessoais**, nos casos em que o tratamento for indispensável para:
 - a. O cumprimento de obrigação legal ou regulatória pela Fundação Alca;
 - b. A realização de estudos quando a Fundação Alca estiver na posição de Órgão de Pesquisa, garantida, sempre que possível, a **anonimização dos dados pessoais sensíveis**;
 - c. O exercício regular de direitos, inclusive em contrato e em processo judicial, administrativo e arbitral;
 - d. Proteção da vida ou da incolumidade física do **titular de dados pessoais** ou de terceiros;
 - e. Tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária; ou

	MANUAL DE BOAS PRÁTICAS LGPD E POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	Nº /Rev.	M 02 00
		Tipo	Manual e Política

f. Garantia da prevenção à fraude e à segurança do **titular de dados pessoais**, nos processos de identificação e autenticação de cadastro em sistemas eletrônicos.

10. DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS PESSOAIS

A Fundação Alca, no contexto das suas atividades de **tratamento de dados pessoais**, reforça o seu compromisso de respeito aos direitos dos **titulares de dados pessoais**, quais sejam:

- **DIREITO À CONFIRMAÇÃO DA EXISTÊNCIA DO TRATAMENTO:** o **titular de dados pessoais** pode questionar, junto à Fundação Alca, se há a realização de operações de tratamento relativos a dados pessoais seus;
- **DIREITO DE ACESSO:** o **titular de dados pessoais** pode solicitar e receber uma cópia de todos os dados pessoais coletados e armazenados;
- **DIREITO DE CORREÇÃO:** o **titular de dados pessoais** pode requisitar a correção de dados pessoais que estejam incompletos, inexatos ou desatualizados;
- **DIREITO DE ELIMINAÇÃO:** o **titular de dados pessoais** pode requisitar a exclusão de seus dados pessoais de bancos de dados geridos pela Fundação Alca, salvo se houver um motivo legítimo para a sua manutenção, como eventual obrigação legal de retenção de dados ou estudo por órgão de pesquisa. Na hipótese de eliminação, a empresa se reserva o direito de escolher o procedimento de eliminação empregado, comprometendo-se a utilizar meio que garanta a segurança e evite a recuperação dos dados;
- **DIREITO DE SOLICITAR A SUSPENSÃO DE TRATAMENTO ILÍCITO DE DADOS PESSOAIS:** a qualquer momento, o **titular de dados pessoais** poderá requisitar da Fundação Alca a anonimização, bloqueio ou eliminação de seus dados pessoais que tenham sido reconhecidos por autoridade competente como desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na LGPD.
- **DIREITO DE OPOSIÇÃO A UM TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS:** nas hipóteses de **tratamento de dados pessoais** não baseadas na obtenção do consentimento, o titular de dados pessoais poderá apresentar à Fundação Alca uma oposição, que será analisada a partir dos critérios presentes na LGPD.
- **DIREITO À PORTABILIDADE DOS DADOS:** o **titular de dados pessoais** poderá requisitar à Fundação Alca que seus dados pessoais sejam disponibilizados a outro fornecedor de serviço ou produto, respeitado o segredo comercial e industrial da empresa, bem como os limites técnicos de sua infraestrutura.
- **DIREITO À REVOGAÇÃO DO CONSENTIMENTO:** o **titular de dados pessoais** tem direito a revogar o seu consentimento. Entretanto, ressalta-se que isso não afetará a legalidade de qualquer tratamento realizado antes da retirada. Na hipótese de revogação do consentimento, talvez não seja possível fornecer determinados serviços. Sendo este o caso, o **titular de dados pessoais será informado**.

A Fundação Alca reitera o seu compromisso com os direitos dos **titulares de dados pessoais** à transparência e à informação adequada, destacando o fornecimento de:

- i. Informação das entidades públicas e privadas com as quais a Fundação Alca realizou uso compartilhado de dados;
- ii. Informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa.

10.1 QUAIS DADOS PESSOAIS A FUNDIÇÃO ALCA COLETA E DE QUE FORMA UTILIZA

A Fundação Alca coleta apenas dados pessoais estritamente necessários para viabilizar o seu negócio. Separamos tais dados por categorias com as respectivas finalidades de uso abaixo exemplificadas:

Categorias de dados:	Titular do Dado:	Dados (exemplos):	Finalidade de uso:	Autorização Legal:
Relacionamento com Clientes	<ul style="list-style-type: none"> ♣ Sócios e contatos do Cliente, quando pessoa jurídica; ♣ Clientes Pessoa Física; ♣ Testemunhas dos contratos; 	<ul style="list-style-type: none"> ♣ Dados de identificação; ♣ Dados de contato; ♣ Assinaturas; 	<ul style="list-style-type: none"> ♣ Cumprimento de obrigação contratual; ♣ Envio de informativos institucionais e novidades dos produtos Alca; ♣ Atendimento de obrigações legais com o consumidor; ♣ Representação da empresa; 	<ul style="list-style-type: none"> ♣ Execução de contrato; ♣ Interesse legítimo; ♣ Cumprimento de Obrigação legal;
Relacionamento com Representantes Comerciais	<ul style="list-style-type: none"> ♣ Representantes Legais da Representada; ♣ Testemunhas dos contratos; 	<ul style="list-style-type: none"> ♣ Dados de identificação; ♣ Dados de contato; ♣ Assinatura; 	<ul style="list-style-type: none"> ♣ Relacionamento Comercial; ♣ Exigência de legislação específica; ♣ Representação legal da Representada; 	<ul style="list-style-type: none"> ♣ Execução de contrato; ♣ Cumprimento de Obrigação Legal;
Relacionamento com Fornecedores;	<ul style="list-style-type: none"> ♣ Representantes Legais e contatos dos Fornecedores; ♣ Testemunhas dos contratos; 	<ul style="list-style-type: none"> ♣ Dados de Representação Legal do Fornecedor; ♣ Dados de Contatos; ♣ Assinaturas; 	<ul style="list-style-type: none"> ♣ Cumprimento de obrigação contratual; ♣ Representação da empresa; 	<ul style="list-style-type: none"> ♣ Execução de contrato; ♣ Cumprimento de Obrigação Legal;
Recrutamento e Seleção	<ul style="list-style-type: none"> ♣ Candidatos à vagas; 	<ul style="list-style-type: none"> ♣ Dados de identificação; ♣ Dados contato; ♣ Experiência profissional; 	<ul style="list-style-type: none"> ♣ Identificação do candidato a participar do Recrutamento; 	<ul style="list-style-type: none"> ♣ Execução de contrato;

		<ul style="list-style-type: none"> ♣ Escolaridade; ♣ Comprovações adicionais para estar apto a vaga; 		
Relacionados a Funcionário	<ul style="list-style-type: none"> ♣ Pessoa física contratada via CLT; 	<ul style="list-style-type: none"> ♣ Dados de identificação; ♣ Foto; ♣ Dados contato; ♣ Experiência profissional; ♣ Escolaridade; ♣ Assinatura; ♣ Dados de saúde; ♣ Dados genéticos e biométricos; ♣ Origem, étnica ou racial; ♣ Filiação Sindical. 	<ul style="list-style-type: none"> ♣ Fins administrativos (Ex: elaboração de documentos como termos, contratos, registros de pagamentos, cadastramento para eventos, ações de endomarketing etc..). ♣ Cumprimento de obrigação contratual; ♣ Exigência de legislação específica; ♣ Registro para evidências do desenvolvimento de competências em treinamentos; ♣ Demandas relacionadas ao atendimento de regulamentações da área de saúde e segurança. ♣ Operação adm. para fins de contabilidade e E-social, segurança do trabalho; 	<ul style="list-style-type: none"> ♣ Execução de contrato; ♣ Cumprimento de Obrigação legal; ♣ Interesse legítimo; ♣ Consentimento do Titular;
Relacionados a Dependentes de Funcionário	<ul style="list-style-type: none"> ♣ Pessoa física/ Filhos e Cônjuges usuários de benefícios estendidos a familiares; 	<ul style="list-style-type: none"> ♣ Dados de identificação; ♣ Foto; ♣ Dados de Saúde; ♣ Assinatura 	<ul style="list-style-type: none"> ♣ Operação adm. para fins de contabilidade e E-social; ♣ Exigência de legislação específica; ♣ Cumprimento de obrigação contratual; 	<ul style="list-style-type: none"> ♣ Execução de contrato; ♣ Cumprimento de Obrigação legal;

	MANUAL DE BOAS PRÁTICAS LGPD E POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	Nº /Rev.	M 02 00
		Tipo	Manual e Política

Acesso à rede de Wi-fi	<ul style="list-style-type: none"> ♣ Usuário da Rede de Wi-fi (terceiros e funcionários) 	<ul style="list-style-type: none"> ♣ Dados de identificação; ♣ Dados do Dispositivo; 	<ul style="list-style-type: none"> ♣ Monitoramento do uso da Rede Wi-fi; ♣ Cadastro e Habilitação de terceiros e funcionários em Softwares da Alca; 	<ul style="list-style-type: none"> ♣ Exercício Regular de Direitos; ♣ Execução de Contrato;
-------------------------------	---	--	---	---

A Fundação Alca não compartilha os dados pessoais que realiza o tratamento para outros fins que não sejam para as finalidades descritas na Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais Alca.

10.2 COM QUEM COMPARTILHAMOS OS SEUS DADOS

- Os dados pessoais que coletamos serão compartilhados única e exclusivamente para fins de desenvolvimento das atividades da Fundação Alca, sendo exigido de todos os terceiros que mantenham o mesmo nível de segurança e governança de dados aplicados pela Fundação Alca, bem como que utilizem tais informações exclusivamente para os fins expressamente permitidos. Dentre os principais compartilhamentos, temos:
- Empresas terceirizadas contratadas pela Fundação Alca, única e exclusivamente para o desenvolvimento das atividades comerciais, administrativas, saúde e segurança, financeiras e de negócio da empresa;
- Empresas relacionadas ao sistema eletrônico de funcionamento do site e demais sistemas utilizados pela empresa;
- Empresas que realizam a gestão da base de dados, para fins de armazenamento das informações;
- Consultorias terceirizadas nas áreas contábil, jurídica, tecnologia da informação e saúde e segurança;
- Empresas de transportes;
- Com empresas que prestam serviços na área de recrutamento e seleção;
- Empresas de serviços financeiros;
- Prestadores de serviços na área da saúde;
- Em razão de obrigação legal e ou por solicitação dos Órgãos Públicos e/ou Entidades Fiscalizadoras.

10.3 ONDE ARMAZENAMOS OS SEUS DADOS

Os dados são armazenados em nossos **datacenters físicos**, localizados no Brasil e também armazenamos dados em **nuvem** localizada em Virgínia (EUA), Frankfurt (Alemanha) e/ou Sydney (Austrália).

	MANUAL DE BOAS PRÁTICAS LGPD E POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	Nº /Rev.	M 02 00
		Tipo	Manual e Política

10.4 POR QUANTO TEMPO SEUS DADOS FICAM COM A FUNDIÇÃO ALCA

Os dados pessoais coletados pela Fundação Alca permanecerão armazenados no banco de dados para fins legítimos e essenciais, tais como:

- I. Existência de lei ou regulação específica exigindo prazo determinado para retenção de dados;
- II. Para exercício regular de direitos da Fundação Alca, para fins de defesa futura;
- III. Para fins de segurança, controle de fraudes e prestação de contas para os titulares dos dados, para ANPD e outros Órgãos Públicos.
 - A Fundação Alca permanecerá com o histórico de seus dados, garantindo o uso exclusivo pela Fundação Alca e pelas empresas por ela contratadas para cumprimento das finalidades descritas nesta “Política”, além da preservação da segurança de tais informações e outros interesses legítimos.
 - Você poderá requerer a revogação do seu consentimento para deixar de receber conteúdos publicitários por meio do canal informado nesta “Política”. Quando solicitado o titular será desabilitado, deixando de receber informações publicitárias e de marketing.

10.5 COLETA DE DADOS PESSOAIS DE TITULARES MENORES DE IDADE

Conforme explanado no item 09 deste documento, a Fundação Alca reconhece que o **tratamento de dados pessoais sensíveis** representa riscos mais altos ao **titular de dados pessoais** e por esta razão a empresa assume o compromisso de resguardo e cuidados especiais frente ao tratamento de dados pessoais sensíveis.

Os dados pessoais de crianças e adolescentes serão tratados com o mesmo nível de cuidado exigido e oferecido aos **dados pessoais sensíveis**, mas também estarão sujeitos às disposições próprias estabelecidas no Capítulo II, Seção III, da LGPD, e outras normas específicas aplicáveis.

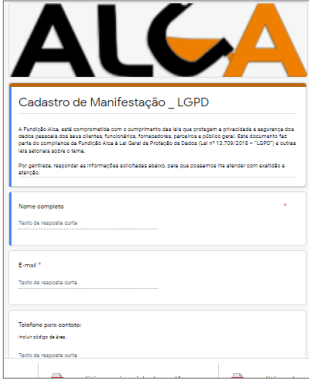
A realização de operações de **tratamento de dados pessoais sensíveis** pela Fundação Alca somente poderá ser realizada:

- Quando o **titular de dados pessoais** ou seu responsável legal consentir, de forma específica e destacada, para finalidades específicas;

O site da Fundação Alca é direcionado e destinado a ser usado somente por pessoas com 18 (dezoito) anos de idade ou mais. Não direcionamos publicidades para crianças e adolescentes e não coletamos intencionalmente dados pessoais de menores de 18 (dezoito) anos.

- Ao aceitar os termos desta política o usuário declara ser maior de 18 (dezoito) anos e que fez a leitura completa ao documento.

10.6 CANAL DE CONTATO PARA MANIFESTAÇÕES DE COMPLIANCE

DADOS DO CONTROLADOR:	
Razão Social:	FUNDIÇÃO ALCA LTDA
CNPJ:	88.582.291/0001-14
Endereço:	RUA VICENTE PRIETO 6233, - PINHAL ALTO - NOVA PETRÓPOLIS, RS
DADOS DO ENCARREGADO (DPO):	
Nome:	Hilton Garcez e/ou Goreti Buttenbender
Contato:	privacidade@alca.ind.br
CANAL DE SOLICITAÇÕES/RECLAMAÇÕES:	
Formulário de Solicitação de Titular de Dados	<p>https://forms.gle/rjGdFHQfPacvGk3P9</p> 

11. DEVERES PARA USO ADEQUADO DE DADOS PESSOAIS

Os deveres de cuidado, atenção e uso adequado de **dados pessoais** se estendem a todos os destinatários desta **Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais** no desenvolvimento de seus trabalhos e atividades na Fundação Alca, comprometendo-se a auxiliar a empresa a cumprir suas obrigações na implementação de sua estratégia de privacidade e proteção de dados pessoais.

- **DEVERES ESPECÍFICOS DOS TITULARES DE DADOS PESSOAIS:** Incumbe aos **titulares de dados pessoais** comunicar à Fundação Alca sobre quaisquer modificações em seus dados pessoais na sua relação com a empresa (exemplo: mudança de endereço), notificando-a preferencialmente na seguinte ordem:
 - i. Por e-mail endereçado ao responsável da **Fundação Alca** com o qual o titular se relaciona; e
 - ii. Por e-mail endereçado diretamente ao **DPO – Encarregado de Dados**, nomeado pela **Fundação Alca**.

- **DEVERES DOS EMPREGADOS DA FUNDIÇÃO ALCA, AGENTES DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS E TERCEIROS:**
 - (i) Não disponibilizar nem garantir acesso aos dados pessoais mantidos pela Fundação Alca para quaisquer pessoas não autorizadas ou competentes de acordo com as normas da empresa.
 - (ii) Obter a autorização necessária para o tratamento de dados e ter os documentos necessários que demonstrem a designação de sua competência para a realização da operação de tratamento de dados lícita, nos termos da estrutura normativa da Fundação Alca.
 - (iii) Cumprir as normas, recomendações, orientações de segurança da informação e prevenção de incidentes de segurança da informação publicadas pela empresa na Política de Segurança da

	MANUAL DE BOAS PRÁTICAS LGPD E POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	Nº /Rev.	M 02 00
		Tipo	Manual e Política

Informação, Plano de Resposta a Incidentes de Segurança da Informação (Plano de contenção), orientações de gestão de senhas, dentre outras.

- **DEVERES DE TODOS OS DESTINATÁRIOS DESTA POLÍTICA:** Todos os destinatários desta Política têm o dever de contatar o **DPO- Encarregado de Dados** da Fundação Alca, quando da suspeita ou da ocorrência efetiva das seguintes ações:
 - i. Operação de tratamento de dados pessoais realizada sem base legal que a justifique;
 - ii. Tratamento de dados pessoais sem a autorização por parte da Fundação Alca no escopo das atividades que desenvolve;
 - iii. Operação de tratamento de dados pessoais que seja realizada em desconformidade com a Política de Segurança da Informação da Fundação Alca;
 - iv. Eliminação ou destruição não autorizada pela Fundação Alca de dados pessoais de plataformas digitais ou acervos físicos em todas as instalações da empresa ou por ela utilizadas;
 - v. Qualquer outra violação desta Política ou de qualquer um dos princípios de proteção de dados dispostos no item 7 deste documento.

12. RELAÇÃO COM OS TERCEIROS

A **LGPD** estabelece que a responsabilidade no caso de danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos derivados de violações à legislação de proteção de dados pessoais é solidária, i.e., todos os agentes da cadeia envolvendo o **tratamento de dados pessoais** podem ser responsabilizados pelos eventuais danos causados.

Nesse sentido, a possibilidade de a Fundação Alca ser responsabilizada pelas ações de terceiros implica na necessidade de empregar os melhores esforços para verificar, avaliar e garantir que tais terceiros cumpram com as legislações de proteção de dados aplicáveis.

- Dessa forma, todos os contratos com terceiros deverão conter cláusulas referentes à proteção de dados pessoais, estabelecendo deveres e obrigações envolvendo a temática, e atestando o compromisso dos terceiros com as legislações de proteção de dados pessoais aplicáveis. Destaca-se, ainda, que esses contratos serão revisados e submetidos à aprovação do DPO - Encarregado de Dados e equipe jurídica da Fundação Alca, conforme estrutura normativa vigente.
- Todos os terceiros devem assinar o termo de aceitação deste Manual e Política de Privacidade, da Política de Segurança da Informação e do Plano de Resposta a Incidentes de Segurança, submetendo as atividades contratadas no âmbito da relação com a Fundação Alca também a essas normativas.

13. PROGRAMA DE CONFORMIDADE ÀS LEIS DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

O Programa de Conformidade da LGPD visa garantir o compromisso da Fundação Alca em zelar pelo tratamento adequado de dados pessoais para fins legítimos que possam ser objeto de suas atividades e reforça o seu compromisso com boas práticas de privacidade e proteção de dados com as seguintes ações:

- Produção e disseminação de informações, independente do formato, que descrevam as responsabilidades individuais dos destinatários desta Política no âmbito da privacidade e proteção de dados pessoais (exemplo: Divulgação no site da empresa);

- Fornecimento de treinamentos, orientações e aconselhamentos para os empregados da Fundação Alca e **terceiros**, incluindo, mas não se limitando a cursos online, workshops, reuniões internas, conversas regulares, palestras, dentre outras iniciativas; comungando conteúdos disponibilizados no formato digital e presencial.
- Incorporação de preocupações e cuidados no **tratamento de dados pessoais** em todas as etapas de suas atividades, incluindo, mas não se limitando a rotinas administrativas, atividades de pesquisa, prestação de serviços, dentre outras.
- Identificação e aprofundamento da avaliação dos riscos que podem comprometer o alcance dos objetivos da Fundação Alca na área de privacidade e proteção de dados pessoais; definir, criar e implementar planos de ação e políticas para mitigar os riscos identificados; além de manter uma avaliação contínua dos cenários com vistas a avaliar se as medidas implementadas não requerem novas diretrizes e atitudes.

A partir da entrada em vigor da **LGPD**, o Encarregado de Dados da Fundação Alca - também referido como Data Protection Officer (**DPO**) –, auxiliado pelo comitê LGPD, terá as seguintes responsabilidades:

- i. Conduzir o Programa de Conformidade da LGPD na Fundação Alca, zelando pela sua fiscalização;
- ii. Monitorar o cumprimento das legislações de proteção de dados pessoais aplicáveis, de acordo com as políticas da Fundação Alca;
- iii. Orientar os destinatários desta Política quanto ao regime de privacidade e proteção de **dados pessoais** da Fundação Alca;
- iv. Assegurar que as regras e orientações relativas à proteção de dados sejam informadas e incorporadas nas rotinas e práticas da Fundação Alca;
- v. Organizar treinamentos sobre proteção de **dados pessoais** na Fundação Alca;
- vi. Prestar esclarecimentos, oferecer informações e apresentar relatórios sobre as operações de **tratamento de dados pessoais** e seus impactos para as autoridades públicas competentes (exemplo: Ministério Público, **Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais**, etc.);
- vii. Responder às solicitações e reclamações de **titulares de dados pessoais** cujos dados tenham sido objeto de tratamento pela Fundação Alca;
- viii. Auxiliar em auditorias ou qualquer outra medida de avaliação e monitoramento envolvendo proteção de dados;
- ix. Elaborar os relatórios de impacto à privacidade e proteção de dados, pareceres técnicos e revisão de documentos no que se refere à proteção de dados.

14. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

As normas de segurança da informação e prevenção contra incidentes de **dados pessoais** estão contidas na **Política de Segurança da Informação** da Fundação Alca, declarada no *Anexo_B*, deste documento.

A Fundação Alca reforça o compromisso consolidado em sua Política de Segurança da Informação em empregar medidas técnicas e organizacionais adequadas no trato com **dados pessoais**, e empregar esforços para proteção dos **dados pessoais** dos **titulares de dados pessoais** contra acessos não autorizados, perda, destruição, compartilhamento não autorizado, entre outras hipóteses.

15. TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS PESSOAIS

Nas hipóteses em que a Fundação Alca é autorizada a tratar **dados pessoais** independentemente do consentimento do **titular de dados**, a Fundação Alca poderá transferir **dados pessoais** para outros países desde que, alternativamente:

	MANUAL DE BOAS PRÁTICAS LGPD E POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	Nº /Rev.	M 02 00
		Tipo	Manual e Política

- i. O país seja classificado como tendo um nível adequado de proteção de dados atribuído pela **ANPD** ou a transferência seja autorizada pela **ANPD**;
- ii. Enquanto não houver lista de países de nível adequado divulgada pela **ANPD**, o país seja classificado pela Comissão Europeia, por meio de uma decisão de Adequação, como país de nível adequado aos critérios da **GDPR**;
- iii. O **agente de tratamento de dados pessoais** internacional ofereça à Fundação Alca pelo menos uma das salvaguardas abaixo:
 - a. Códigos de Conduta regularmente emitidos ou Binding Corporate Rules aprovados pela Comissão Europeia;
 - b. Cláusulas Contratuais Padrão emitidas pela **ANPD** ou pela Comissão Europeia;
 - c. Selos e Certificados de conformidade ou adequação à proteção de dados pessoais concedidos por entidades reconhecidas pela **ANPD** ou pela Comissão Europeia.
- iv. Obtenha consentimento explícito e destacado dos **titulares de dados pessoais** para realização de operações de transferência internacional de **dados pessoais**, com informação prévia sobre o caráter internacional da operação e destacando que o país não tem nível adequado de proteção de dados reconhecido ou que não há salvaguardas da conformidade do agente de tratamento, conforme o caso.

16. TREINAMENTO

Os destinatários desta Política se comprometem a participar dos treinamentos, workshops, encontros e capacitações propostos pela empresa para a ampliação da cultura de proteção de **dados pessoais** na empresa.

17. MONITORAMENTO

Reitera-se que a Fundação Alca reconhece o seu compromisso em zelar pelo tratamento adequado de **dados pessoais** para fins legítimos que possam ser objeto de suas atividades e reforça o seu compromisso com boas práticas de privacidade e proteção de dados, comprometendo-se a se manter seu Programa de Conformidade da LGPD atualizado com as normas e recomendações emitidas pela **ANPD** ou outras autoridades competentes.

A Fundação Alca assume o compromisso de visitar a presente Política periodicamente e, a seu critério, promover modificações que atualizem suas disposições de modo a reforçar o compromisso permanente da empresa com a **privacidade** e a **proteção de dados pessoais**, sendo comunicadas todas as alterações realizadas oportunamente pelos canais oficiais da empresa.

18. REFERÊNCIAS

- Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, “LGPD”.
- Lei do Marco Civil da Internet e suas respectivas alterações

- Lei federal 11.846 – Anticorrupção e Política de Relacionamento com Órgãos Públicos.

19. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

- Anexo A – Procedimento de Avaliação de Riscos LGPD
- Anexo B – PSI Política da Segurança da Informação Fundação Alca
- Anexo C - Matriz de Mapeamento de Dados Pessoais
- Anexo D - Matriz de Mapeamentos de Riscos e Plano de Ação LGPD
- Formulário de Comunicação de Incidentes de Segurança com Dados Pessoais
- Código de Conduta Fundação Alca

20. DISPOSIÇÕES GERAIS

A Fundação Alca preza pela segurança e privacidade dos dados pessoais de todos aqueles com quem se relaciona, por isso elaboramos a presente Política para demonstrar de forma transparente quais informações coletamos, tratamos e compartilhamos, além de expor seus direitos e a forma de exercê-los.

Este Manual de Boas Práticas LGPD e Política de Privacidade e Proteção de Dados Fundação Alca, poderá ser modificado a qualquer momento, visando o cumprimento às normas aplicáveis. Você pode acompanhar as alterações por meio do website: (<http://www.alca.ind.br>)

21. HISTÓRICO DAS REVISÕES

REVISÃO	DATA	DESCRIÇÃO DAS ALTERAÇÕES
00	01/12/2022	Aprovação, emissão e divulgação deste documento.
01	00/00/0000	
02	00/00/0000	
03	00/00/0000	